

Werner Sombart, *Amor, Luxo e Capitalismo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1990, 201 pp.

A regra contra o excesso — eis uma dicotomia que sempre se usa para contrapor erudito a popular, «culto» a «inculto». Nessa fórmula, de resto, parece sintetizar-se a orientação histórica de um longo *processo civilizacional* que, desde o Renascimento até sobretudo o século XVIII, iria a par da centralização do poder — poder político do lado do Estado e poder religioso do lado da Igreja, após a crise da Reforma e Contra-Reforma.

Magnificamente traçado por Norbert Elias, esse movimento, que parte das *élites* para o povo, da «civilização» para a «barbárie», deixou-nos a história de um gigantesco trabalho de dominação dos dominantes sobre os dominados: serão os primeiros auto-encarregues de *alargar as fronteiras do pudor* e o *padrão de reactividade aversiva*, padrão que diz respeito a tudo o que cabe no desagradável, no inconveniente, no ilegítimo. O modelo de referência civilizacional requintadamente promovido na sociedade cortesã ficaria assim com a cultura do trato e da representação de si na vida pública, com a subtileza psicológica, o refinamento e autocontrolo das emoções e comportamentos, modelo automaticamente oposto ao desregramento, expressividade espontânea, sensualidade brutal e boçal linguarejar do povo¹. Parece, portanto, a regra contra o excesso. Mas atenção: aplicada a sentimentos e condutas, a noção de regra não implica contenção nos consumos das *élites*. O sentido moral do termo *regra*, aliás, é ele próprio intrinsecamente ambivalente; enquanto as virtudes burguesas e cristãs do ascetismo e do amor em família perseguiam e reprimiam o «povo», as *élites* iam fechando os olhos aos seus «legítimos pecados», tais como a luxúria e o adultério, tudo isto ao mesmo tempo que a rude intolerância da Igreja junto dos pobres se adoçava perante a desmesura dos ricos.

Repousando num fresco da vida cortesã para o mesmo período do processo civilizacional, votado a analisar o luxo e a licenciosidade aristocrática e da alta burguesia, o livro de Werner Sombart ajuda a relativizar o excesso na sua qualidade de exclusivo atributo popular. Estamos aqui com o consumo das classes ociosas, e não com o universo produtivo das classes trabalhadoras, *misera contribuens plebs*, como foram chamadas. Referimo-nos ao excesso continuamente cumulativo e ostentatório da riqueza, e não ao excesso pontual e compensatório da pobreza. *Ostentatório e compensatório* são termos que, no entanto, reenviam para uma dimensão instrumental das práticas e consumos culturais — sendo assim, por exemplo, que muitas vezes se encara a ciclicidade ritual e dionisíaca da festa popular, nesta altura ainda

praticada em moldes que hoje já só podem ser considerados arquétipos. Porém, na medida em que nenhum padrão sociocultural é inteiramente instrumental ou inteiramente expressivo (mas de dominante instrumental e de dominante expressiva), talvez seja excessivo atribuir uma funcionalidade compulsiva ao excesso (como à regra). Assim, para além das gratificações simbólicas e materiais que a ele vêm associadas, o excesso deve ser encarado como expressão cultural em si e socialmente partilhada entre o topo e a base da hierarquia social — atingindo porventura um menor grau entre aqueles que não estão por cima nem por baixo, a «pequena burguesia», que vai crescendo ao longo deste período (normalmente designada por «burguesia», mas cujo ascetismo está longe de caracterizar o comportamento e as atitudes da alta finança, alto comércio, se não mesmo dos grandes patrões da indústria que entravam para a corte.

Evidentemente que o excesso do topo não nasce com o capitalismo, mas, como mostra Sombart, está intimamente ligado à sua origem e cresce com ele, crescendo ainda a par do desenvolvimento urbano e da expansão das grandes cidades europeias, verdadeiras máquinas de consumo principesco. A partir do século XV assiste-se então a um movimento sempre ascendente do luxo, face esplendorosa de um processo de transformação simultâneo, tanto no plano da relação entre os sexos no seio das *élites*, como no da natureza e transferência social da riqueza. A espiral do luxo cortesão não poderia ter atingido o seu apogeu sem a cultura do amor encarnada pela figura da cortesã, mas essa espiral inscreve ainda em si a luta travada pela distinção entre uma nobreza de linhagem cada vez mais empobrecida e uma nobreza de toga cada vez mais enriquecida. O que é dizer também que o luxo, nesta perspectiva, ilustra implicitamente a transição da riqueza, que passa do capital imóvel, fundiário e improdutivo da aristocracia para o capital móvel, produtivo, financeiro, industrial e comercial da burguesia.

A nobreza de toga representa fracções elevadas da burguesia que, com assédio bastante anterior às cortes palacianas, tratará, sobretudo a partir do século XVII, de enobrecer a sua condição plebeia pelo acesso a títulos, títulos de mérito, inerentes a cargos de prestígio ou à aquisição de propriedades imobiliárias que iam passando para as suas mãos. «Baronetes» deste tipo «fizeram-se aos centos», como na Inglaterra, por exemplo, onde subiram a 700 entre finais de Seiscentos e meados de Oitocentos. Esta ascensão social provinha de um aumento constante da riqueza — mais precoce em Itália (século XIV) e Alemanha (século XV) e mais tardio em França, Inglaterra ou Holanda (séculos XVI e XVII), riqueza com diversas fontes, entre as quais o comércio mundial (na Europa e com o Oriente), as colónias, a prata americana e o ouro brasileiro, as minas europeias (na Boémia ou na Hungria, que fizeram a época dos Fugger), negócios incentivados pela especulação com as guerras. E, por causa desta riqueza, embora se conheça o desprezo aristocrático pelo comerciante, ou tudo o que cheirasse a trabalho manual, a fusão de nobres e burgueses seguia ainda outra via: a do casamento daque-

les com as ricas filhas destes. Foi assim que, cerca de 1750, conta Sombart, quando o duque de Pecquigny contraiu matrimónio com a irmã do financeiro La Moson-Montmartre, a qual levava como dote «a ninharia» de 1 700 000 libras, a duquesa de Chaulnes disse ao filho: «Filho meu, este matrimónio é excelente, é preciso estrumar as tuas terras» (p. 27).

Na corte, aristocratas e grandes burgueses (basicamente a casta financeira que não tem «armazém aberto ao público» e não «suja as mãos») abrem generosamente os cordões à bolsa, e no luxo de uns e outros exhibe-se a relação de forças entre dois poderes: o poder de quem já *lá está* e o de quem *lá chega*; o de quem iria *perdendo o pé* e o de quem o *ia ganhando*. Era assim que, ainda no século XV, um moralista se lastimava: «O custo excessivo do vestuário está a provocar a decadência dos nobres alemães, que querem levar a mesma vida de ostentação que os comerciantes ricos da cidade, mas não têm o dinheiro deles» (p. 95). Dizia-se isto numa altura em que uma viúva nobre de Hendorf vendia por uma quantia irrisória a aldeia de Göppingen para comprar um vestido de veludo azul que tencionava usar num torneio. Como se estranharia o evoluir das dívidas e do jogo? As primeiras, sintoma da falta de dinheiro (Sombart dá listas de gastos e dívidas verdadeiramente extraordinários); o segundo, com uma dupla face, ou seja, tanto praticando o *desprezo* (qualidade dos espíritos superiores) como a *cobiça* de dinheiro. É verdade que *gastar e não ganhar* faz parte da distinção pelo esbanjamento, mas a gratuidade da luxúria não esconde a função instrumental de ilustração do poder e a gratuidade do jogo das *élites* também não esconde uma lógica de necessidade.

Do ponto de vista económico, o luxo não pode, no entanto, ser encarado apenas do lado da delapidação da fortuna; enquanto *consumo produtivo, gerou riqueza* no capitalismo ascendente, riqueza que ia escapando à nobreza. Luxo e consumo geral das *élites* estão intimamente associados ao comércio (mundial e europeu, grossista e retalhista), ao desenvolvimento da indústria e mesmo a conversões na agricultura. *O luxo na comida* exige especiarias, carne e açúcar, por exemplo, pois era na «sociedade» que até muito tarde se bebia café, chá, cacau, licores, e se devoravam enormes quantidades de «doces». *O luxo no vestuário* exigia sedas, rendas, ricos tecidos, boa lã, tratamento de couros, alfaiataria, exigindo ainda adornos tais como pedras preciosas, ourivesaria em ouro e prata. *O luxo no corpo* exige higiene e aromas, portanto, sabões, pomadas, perfumes. *O luxo das casas* exige palácios e palacetes e todos os complementos de uma ilustre indústria de construção. *O luxo no lar* exige mobiliário requintado (assim, muito se desenvolveu a arte da marcenaria), espelhos, porcelanas (estas sobretudo no século XVIII) e toda a série de bugigangas que abundam no barroco e no rococó. É às cidades que aflui e nelas se gasta e se ostenta toda esta riqueza — nos teatros, salões, festas e banquetes principescos, hotéis, restaurantes e lojas elegantes —, riqueza que novamente deve ser encarada pela vertente produtiva, pois que aqui se empregam legiões de braços para servir príncipes, papas, clérigos, militares, grandes senhores e burgueses enriquecidos (se assim não fosse, quem trataria, por

exemplo, das cavaliças de Francisco I, com seis, oito e doze mil cavalos? Muita gente... assim como eram 100 criados a tratar de um certo lorde inglês no tempo de Adam Smith, que bem se lastimava perante um tal espavento).

O luxo, finalmente, apresenta-se como *medida de apreciação do próprio amor que o inspira* — principalmente o amor das célebres, cultas, ricas e poderosas amantes dos grandes nobres e grandes burgueses (tornara-se distinto sustentar uma amante, e disso dão testemunho as *petites maisons* a elas oferecidas pelos burgueses enamorados na França do século XVIII). Exemplares perfeitos da *secularização do amor*, conhecidas por *damas galantes*, «*cocottes*», «*maîtresses*», «*amoureuses*», *concupinas*, *cortesãs*, «*cortegianas*», etc., estas profissionais da «arte de amar» apenas partilham com as suas parceiras de *menor sorte*, as prostitutas pobres, entretanto vigiadas pela Igreja e pelo poder, certas *qualités rares* que só as mulheres possuem, mas já não são estatuto. Conta Sombart que, depois do «erotismo da puberdade» da lírica trovadoresca medieval, chegara com o Renascimento a era da «emancipação da carne», e então abriram-se as portas a uma «sensualidade», que trazia consigo um «conceito estético-hedonístico de mulher» — sensualidade afirmada por Lorenzo Valla no seu *Tratado do Prazer* (1431) [«[...] que há de mais doce, de mais prazenteiro, de mais adorável do que um belo rosto? O gozo das delícias celestiais não oferece certamente mais encantos» (p. 51)] e que em Firenzuola, no século XVI, pressupõe uma cadeia de consumos sumptuários: «[...] o amor não é mais do que o prazer. Eu gosto das mulheres do mesmo modo que gosto do vinho, do jogo, da ciência. Por outras palavras, o vinho, o jogo, a ciência e as mulheres proporcionam-me o deleite. E o deleite é o sentimento máximo da vida. Não se goza com outro fim, pelo que o prazer é o gozo último» (p. 51). A inovação do Renascimento não é, sublinha Sombart, o aparecimento das *favoritas*, porque sempre as houvera, mas a sua elevação de estatuto, promovida pela *legitimação do ilegítimo no seio das «élites*» — o que acontece sobretudo com Frederico I, que lhes dá a categoria de «princezas», pois «uma corte sem mulheres era como um ano sem Primavera, uma Primavera sem rosas». Daqui nasce a oposição entre o *amor-razão* (ligado ao matrimónio, que é indissolúvel da transmissão do património) e o *amor-paixão* (naturalmente ilícito).

Da poetisa e da pintora à bailarina, à actriz e à cantora de ópera, é sobre estas e outras senhoras do tipo *souvent distinguées par les manières et l'esprit* que recai a tarefa de cultivar, orientar e acumular o requinte — influenciando na formação intelectual, nas maneiras e no luxo da mulher honrada (que assim começou a cultivar-se e mesmo a lavar-se e a perfumar-se). Encarregar-se-ão estas mulheres (honradas e não honradas) de proceder à orientação dos consumos e comportamentos sumptuários: *interiorização do luxo*, no lar e no corpo (o esplendor da roupa interior e dos leitos é um bom indicador. A cama, por exemplo, tornava-se um móvel precioso, como mostra a oferta de uma de 40 000 libras e «outras três igualmente magníficas» do Sr. de Maine a Mme. de Montespan, no século XVII), *objectivização do luxo*, impondo a intensificação da produção de objectos que emprega muita mão-

-de-obra e desenvolve a economia; *condensação temporal das edificações luxuosas* associada à urgência do usufruto — uma catedral da Idade Média, lembra Sombart, trazia a marca de várias gerações, mas agora «a mulher enamorada não pode esperar e um homem enamorado muito menos». Foi assim que Maria de Médicis terminou o Palácio de Luxemburgo em cinco anos, enquanto em Versalhes se trabalhou de dia e de noite (Luís XIV tinha pressa, convém lembrar, não só por causa do amor, mas também para ver concluído um símbolo do seu poder). Última tendência no luxo inspirada pela sensibilidade feminina é a *sensualidade requintada*, que levará a fazer *primar a qualidade sobre a quantidade*. Por causa de tudo isto, em nada se estranha a seguinte dedicatória nas suas *Memórias Turcas*, de Godard d'Arcout a Madame Duthé, famosa atriz-cortesã: «Sim, senhoras minhas: vós sois o luxo verdadeiro, o luxo essencial num grande Estado, a apetecível presa que atrai os estrangeiros e os seus guinéus. Vinte modestas cidadãs valem menos para o tesouro real do que uma só de vós» (pp. 123-124).

Em síntese, consagrado ao período que o autor descreve como «mulheril e cortesão», este livro parece servir de interessante complemento e contraponto, tanto à história do processo civilizacional contada por Norbert Elias, como à de uma ética ascética burguesa contada por Max Weber. No processo civilizacional evolui-se no sentido de uma «cultura da regra», regra e autocontenção na expressão de emoções e «maneiras» do comportamento. No segundo caso fala-se da burguesia que opõe a moral da frugalidade à prodigalidade esbanjadora e ostentatória — frugalidade económica, tão característica do espírito de poupança, e frugalidade moral, impondo moderação aos imoderados costumes no seio da Igreja, pois, antes da Reforma, luxo e *femmes aimables* rondavam Avinhão e o papado de Roma (de Paulo II a Leão X não faltara exuberância e licenciosidade em festas ou bacanais). Ora, ao ler o livro de Werner Sombart, sabemos como estas duas tendências no capitalismo ocidental não excluem uma cultura do excesso, excesso no seio das *élites* do topo, onde se vê também como se manifesta uma *coabitación de lógicas e preceitos* (regra e excesso, pudor e impudor, legítimo e ilegítimo, moral e imoral). Finalmente, o livro apresenta-se ainda como complemento e contraponto à história de todo o processo de evangelização e repressão das culturas populares, as quais, precisamente durante o mesmo período, já sofrendo de uma frugalidade imposta pela necessidade, e não pela vontade, se viam cada vez mais privadas dos seus excessos (o policiamento das festas populares é disso um exemplo notável), excessos coarctados pela Igreja e pelos «civilizados», os quais, no entanto, se permitiam a si mesmos². Eis-nos, portanto, no coração da *ambivalência do poder e da moral*, ambivalência que nunca tem abandonado a história.

Idalina Conde